

Judite A. Gonçalves de Freitas

O ESTADO EM PORTUGAL

(SÉCULOS XII-XVI)



CEPESE



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA

www.ufp.pt

ALETHEIA
EDITORES

O ESTADO EM PORTUGAL
(SÉCULOS XII-XVI)

JUDITE A. GONÇALVES DE FREITAS

O ESTADO
em PORTUGAL
(séculos XII-XVI)

MODERNIDADES MEDIEVAIS

Aos meus Pais, pelo apoio de sempre.

Título: *O Estado em Portugal*

© 2011, Judite A. Gonçalves de Freitas

Todos os direitos de publicação em Portugal
reservados por:

ALÊTHEIA EDITORES

Escritório na Rua do Século, n.º 13

1200-433 Lisboa, Portugal

Tel.: (+351) 21 093 97 48/49, Fax: (+351) 21 096 48 26

E-mail: aletheia@aletheia.pt

www.aletheia.pt

Capa e Paginação:

Rita Gomes Martins

Impressão e acabamento:

Várzea da Rainha Impressores, Óbidos

www.varzeadarainha.pt

ISBN:978-989-622-444-8

Depósito Legal: 2/10

Dezembro de 2011



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



PREFÁCIO

Devo à gentileza amiga da Professora Judite de Freitas querer, na abertura do seu livro *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI). Modernidades medievais* algumas palavras minhas. Com gosto as escrevo. Não se trata da apresentação da autora e da sua obra. Por ambas falam, de maneira eloquente, a carreira académica e a produção científica da Professora Judite de Freitas. Tão simplesmente de exarar um testemunho de profundo apreço intelectual. Indeclinável.

O tema que a Professora Judite de Freitas escolheu e se propôs desenvolver no presente livro é crucial. Crucial para a compreensão do evoluir histórico de vários séculos em Portugal. Seja do prisma das ideias, como dos factos e das instituições. O Estado perfila-se numa compreensão abrangente, quer como uma *ideia* quer como *facto*, quer como *instituição*. À sua construção ideológica em Portugal - génese e desenvolvimento -, tenho dedicado sucessivas páginas, mas reconhecendo sempre que essa é apenas um dos ângulos possíveis de abordagem do fenómeno. Sem partir, conseqüentemente, da convicção insustentável de que as ideias correspondem necessária e inevitavelmente às demais realidades. Outros autores têm, aliás, dado contributos e dedicado investigações das outras perspectivas alternativas.

A Professora Judite de Freitas, em boa-hora, vem agora neste seu livro apresentar, a partir de tudo isso e indo muitas vezes para lá disso, um quadro de integração de planos. Instituições, imagens e configurações, ideias, formas e estruturas casam-se em sintonia e diálogo. A juntar a tanto, cumpre sublinhar a riqueza de materiais – fontes e bibliografia – e a hermenêutica severa, mas serena com que foram usados. O resultado é um livro simultaneamente erudito e divulgativo em que os investigadores e o leitor comum

encontram, por igual, interesse e expectativa. Isto, por si só, torna-o invulgar. Ele fornece duas dimensões que raramente se conseguem conciliar, mesmo harmonizar. Contribui, de resto, para tanto, além do rigoroso saber exarado e plasmado na obra, a legibilidade convidativa do próprio texto. Sem perder carácter científico, este livro da Professora Judite de Freitas ostenta, de facto, uma discursividade atraente, inclusive sedutora. Claro, sistemático, lógico. São três adjectivos que ocorrem naturalmente e a propósito. Concitar tantos autores portugueses e estrangeiros, os respectivos contributos de forma coerente e em concatenação, sem os desvirtuar, antes em encaixe admirável uns nos outros e sem jamais perder de vista as fontes da época respectiva, constitui um desafio que a autora acatou e venceu, todavia, sem dificuldade aparente. A culminar, a capacidade de *faire varier les accents* que é o atributo do verdadeiro historiador. Sobre este aspecto, vale por uma demonstração a própria escolha do subtítulo da obra *Modernidades medievais*. Como se nos afigura paradigmático “jogo”, sempre consciente e equilibrado, entre as realidades do passado e as categorias dos historiadores. Ou dito de outro modo – entre o que foi e os conceitos que se usam e usaram ou são produto da circunstância de quem investigou ou investiga. A Professora Judite de Freitas evidenciou, a tal respeito, uma cuidada atenção ao *por-menor* (e o *por-menor* às vezes é tudo), mesmo quando ele se situa em áreas distintas como o Direito e a Sociologia.

Muito e muito mais haverá que dizer sobre esta obra que veio para ficar e que se confugura como análise, mas também como síntese. Que recorre, a um tempo, aos ensinamentos da micro e da macro-História. Sobre este último aspecto afiguram-se-nos da maior utilidade e bem conseguidos os anexos: organogramas das instituições, cronologia, mapas e quadros – incluindo um sobre as Teorias políticas medievais (séculos XIII-XVI).

O livro hoje deposto nas mãos do leitor ajuda bem a compreender que é necessário não se fazer um juízo demasiado absoluto sobre os vários períodos da História. No caso vertente,

emerge meridianamente, e a propósito do Estado, que na Idade Média se perfilaram numerosos traços de modernidade e que na Idade Moderna persistiram inequívocos traços medievais. O real é bem mais complexo do que os esquemas tradicionais e as ideias pré-definidas inculcam.

É tempo, não obstante, de concluir estas desbotadas linhas de aplauso. O livro aí está. E o leitor pode avaliar. No que me toca, o fenómeno da génese ou emergência do Estado *quasi tali* ficou bem claro.

Martim de Albuquerque

Professor Catedrático da Faculdade
de Direito da Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

Este livro constitui um estudo abrangente sobre o modo como decorreu o processo político de criação e desenvolvimento do Estado em Portugal da Idade Média aos alvares do Renascimento. Ele assenta em cerca de vinte anos de dedicação ao estudo do processo de construção do Estado, incluindo a análise das sociedades políticas medievais e o incremento da burocracia régia. Provavelmente o título invoca uma análise mais profunda do que aquela que apresentamos. A concepção deste projecto surgiu na sequência da elaboração do relatório da disciplina de História Política Medieval de Portugal, apresentado a provas de habilitação ao título de agregado do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2007, tendo sido sucessivamente ajustado o plano inicial ao formato que agora apresentamos. Mantivemos a ideia original de conceber uma reflexão síntese sobre as origens medievais do Estado moderno em Portugal, mas procuramos aprofundar o nível de exposição, com recurso a bibliografia especializada e, sempre que possível, actualizada no âmbito de cada um dos assuntos enunciados. Evidentemente que consideramos o tema e as problemáticas envolventes bastante abrangentes para que constituíssem objecto de estudo de uma equipa de investigadores, cada um dos quais incidindo na sua área de especialização. Contudo o nosso intuito não foi o de produzir uma história de... apresentando um compêndio, abraçando o trilho cronológico dos acontecimentos, mas antes remeter para o enquadramento geral das problemáticas historiográficas subjacentes ao conjunto de temas e questões actualmente proposto nos projectos europeus de pesquisa sobre as origens do Estado moderno e os sistemas

políticos por ele engendrados. Daí o privilegiar da conceptualização das temáticas abordadas em detrimento da referência e identificação de marcos singulares importantes, organizando-as cronologicamente e de acordo com as distinções convencionais, mormente, mudanças de reinado, de dinastia ou de conjuntura política. Intentamos colocar-nos sob a recente linha de interpretação historiográfica dos programas de pesquisa do CNRS¹ francês e da Fundação Europeia de Ciência, liderados por Jean-Philippe Genet e Wim Blockmans, subordinados à problemática da *Genèse de l'État moderne européenne*, num conjunto de sete colóquios internacionais e inúmeras publicações que referenciamos, servindo-nos delas como principais fontes de inspiração no enunciar dos temas e na exploração dos problemas. Daí a referência a bibliografia estrangeira que, muito embora, não tenha por objecto a análise de aspectos da história política nacional, em muito contribuiu para a nossa forma de encarar, interpretar e explicar as configurações do Estado. De toda a bibliografia referenciada é justo destacar as contribuições de Jean-Philippe Genet, Françoise Autrand, José Manuel Nieto Soria, Bernard Guenée (1927-2010), Adeline Rucquoi, Miguel Ángel Ladero Quesada, Miguel Artola, Salustiano de Dios e José María Monsalvo Antón. De igual modo, devemos salientar os trabalhos de Armando Luís de Carvalho Homem, Martim de Albuquerque, José Mattoso, Maria Helena da Cruz Coelho, Luís Miguel Duarte, Rita Costa Gomes e A. H. de Oliveira Marques (1933-2007), que foram suficientemente relevantes para os considerarmos mais influentes do que simples referências bibliográficas. Projectámos a realização de um livro que explicasse as metamorfoses do Estado português desde a formação reinícola aos alvares da modernidade tendo por base, fundamentalmente, a análise das condicionantes de afirmação do poder régio enquanto autoridade «pública» e a criação e aperfeiçoamento dos sectores da governação ao longo da Idade Média portuguesa. Na verdade, conforme veremos, os reis medievais foram os impulsores da construção do Estado moderno.

Para explicarmos a formação do Estado moderno em Portugal, tivemos que recuar às origens da realeza medieval e salientar a partir daí os principais traços evolutivos, adoptando como correlativos, o processo criativo dos ofícios palatinos (órgãos da governação), o carácter ideológico do poder da realeza medieval, as concepções de «realeza», «monarquia», «serviço» ou «ofício», a transformação das estruturas da administração central - incluindo o laicismo dos serviços burocráticos superiores -, a organização do território e os instrumentos legislativos, judiciais e administrativos de que o rei dispunha para fazer exercer o poder soberano, por meio dos quais, paulatinamente, se vai transitando do Estado feudal ao Estado moderno. Procuramos inscrever as configurações desse trajecto em grandes unidades temáticas que dão entrada a cada um dos quatro capítulos deste trabalho: I - Realeza, Governo e Poder dinástico; II - Monarquia, Parlamento e Direito; III - Estado, Poder e Administração e, finalmente, IV - Estruturas do poder político: a monarquia renovada. Evitamos o recurso intencional aos termos “absolutismo”, “absolutismo régio”, “Estado absoluto” e outros análogos, utilizados por alguns sectores da nossa historiografia medievística e moderna para definir o momento do aparecimento do Estado no Ocidente europeu. Pensamos que a diferença entre a medievalidade e a modernidade dos sistemas políticos não pode assentar num tempo exacto e demarcado para todas as monarquias europeias. Sinais de modernidade foram, ao longo do Antigo Regime, convivendo com vestígios do passado medieval em todos os Estados europeus.

Incluímos dois mapas e alguns anexos no sentido de facultar ao leitor o conjunto de informações relevantes para o melhor esclarecimento dos assuntos tratados. Três anexos reflectem a evolução das instituições monárquicas em três momentos históricos diferentes evidenciando, no percurso do Estado feudal ao tempo do Estado moderno, o incremento da complexidade da malha burocrática. Quanto à elaboração da cronologia, constituiu um verdadeiro desafio. Não é um género fácil! Etimologicamente, a palavra remete para o estudo do tempo e das suas divisões com o objectivo de conferir uma ordem compre-

ensível aos acontecimentos. Quisemos evitar o elenco exaustivo dos acontecimentos históricos do dilatado e bem preenchido período em análise, pois existem numerosas ferramentas desse tipo disponíveis *online*. Uma vez que o trabalho se reporta a um assunto determinado – a formação do Estado territorial moderno –, impôs-se uma selecção criteriosa dos eventos políticos que com este se relacionam, procurando organizá-los de forma objectiva, inserindo-os no seu contexto, proporcionando ao leitor a elucidação sobre o conjunto de factores que entram em jogo numa determinada conjuntura política.

Compete-nos agradecer a disponibilidade dos serviços de informação e documentação da Biblioteca Central da Universidade Fernando Pessoa na recolha de material bibliográfico. De igual modo, queremos realçar o constante estímulo e o franco apoio das colegas: Prof.^{as} Doutoras Maria Cristina Almeida e Cunha e Paula Pinto Costa, do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Congratulá-mo-nos pelo estímulo e a confiança transmitidos pelo Professor Doutor Salvato Trigo, Reitor da Universidade Fernando Pessoa. Agradecemos, igualmente, o interesse e o apoio do Professor Doutor Luís Adão da Fonseca, Presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), e do Professor Doutor Fernando de Sousa, Presidente da unidade de investigação científica a que pertencemos, na sua concretização.

Ao nosso mestre e amigo, Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, Professor Catedrático da FLUP, queremos expressar o nosso mais profundo apreço pela forma como foi acompanhando o desenrolar do projecto, efectuando, pontualmente, eloquentes e pertinentes comentários que ajudaram a melhorá-lo. De igual modo, exteriorizamos o mesmo sentido reconhecimento ao Professor Doutor Martim de Albuquerque, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pela forma interessada, espontânea e generosa com que de imediato assentiu prefaciá-la esta publicação.

ÍNDICE

Prefácio	5
Introdução	8
1. Realeza, governo e poder dinástico	12
A instituição da realeza	12
O governo do reino	21
A Corte	21
As dignidades da Corte	23
Governo e Conselho	26
O poder judicial da Corte	28
As Cortes	30
A governação da fazenda	31
Imagem do rei e imagem do reino	33
Raízes políticas da comunidade nacional	44
As crises políticas reforçam a unidade?	44
Sociedade política e poder	60
Os poderes senhoriais	63
Os poderes municipais	67
Os poderes eclesiásticos	69
Fontes e Bibliografia	78
2. Monarquia, Parlamento e Direito	88
Fundamentos da monarquia moderna	88
Configurações dos poderes da realeza	94
A legitimidade da realeza	97
Intervenção política em Cortes	99
Lei: tradição legal e âmbitos temáticos	104
Fontes e Bibliografia	117
3. Estado, Poder e Administração	121
A monarquia como forma de Estado	121
A construção do Estado: centralidade, periferia e governação	127
Territorialidade e Estado	134
Fontes e Bibliografia	139
4. Estruturas do Poder político: a monarquia renovada	143
Burocracia e órgãos da monarquia	143
Poderes, funções e órgãos do poder central	145
Conselho régio	157
O número de servidores	166
Cooperação, coexistência e acumulação de funções	173

A eficácia administrativa	181
Para uma lógica do sistema governativo	184
Guerra	185
Fiscalidade e Fazenda	190
O rei e a suprema Justiça	195
Fontes e Bibliografia	198
Balanço final: sistema político e construção do Estado moderno ..	202
Anexos	204

Este livro traça a evolução das estruturas políticas e sociais desde o Portugal Medieval até aos alvares da Época Moderna, procurando explicar as raízes da formação política do *Estado moderno*, examinando os seus principais aspectos: a irradiação da Corte régia, a criação e a consolidação das instituições centrais, as lutas dinásticas, a emergência do poder local, a expansão territorial e o desenvolvimento da cultura política. Com base nos estudos mais actualizados, procede-se a uma análise crítica da correlação de forças estabelecida entre o poder régio e a sociedade política, de forma a comprovar que uma boa parte dos fenómenos relacionados com o aparecimento do Estado e a ideia política associada tem origem na Idade Média tardia.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



ISBN: 978-989-622-444-8

